

MEMORIAL COLUNA PRESTES EM SANTO ÂNGELO-RS: PATRIMÔNIO E MEMÓRIAS SILENCIADAS

Juliani Borchardt da Silva¹
Patrícia Schmidt²

Resumo: A denominada “Marcha da Coluna Prestes” foi um movimento revolucionário surgido ao final do ano de 1924 no interior do Rio Grande do Sul, passando por 12 Estados brasileiros em um trajeto de aproximadamente 25 mil quilômetros percorridos até 1927. Levou o nome de seu principal líder, o gaúcho Luís Carlos Prestes. Deixou marcas e memórias por diferentes locais onde passou, oportunidade em que as representações patrimoniais deste contexto hoje existentes significam ambigualmente aspectos identitários, políticos e de reivindicação que carecem, no presente, de estudos e análises que a compreendam em sua complexidade. O respectivo artigo busca dialogar com os elementos memoriais e patrimoniais existentes e silenciados na cidade de Santo Ângelo-RS, berço das articulações e do movimento revolucionário. Como base do estudo, se utiliza de referências bibliográficas sobre o tema abordado, bem como informações coletadas nos acervos do Memorial Coluna Prestes da cidade de Santo Ângelo-RS. Espera-se que o trabalho contribua com as discussões no campo patrimonial, memorial e historiográfico sobre esta marcha, a qual completou 100 anos em 2024.

Palavras-chave: Coluna Prestes. Patrimônio cultural. Memórias. Silenciamentos.

O movimento denominado de Coluna Prestes representou, nos anos 20 do século passado, um importante marco político e histórico para o Brasil que passava por um período de transição entre o regime monárquico e o recém instaurado regime republicano que não veio acompanhado de profundas mudanças sociais e que trouxe em seu gene distintos elementos que representam o contexto em que foi gestado e operacionalizado, dentre os quais, o movimento tenentista, no qual o exército explicitamente atuou de forma política tendo como temas a cidadania, a educação, o direito à livre manifestação e melhores condições de trabalho aos militares, visto que a República há pouco proclamada, ainda necessitava ser desenvolvida e colocada em prática. Não obstante então, que este segmento foi extremamente atuante e influenciador das decisões e estratégias políticas da nação brasileira naquele momento.

Importante destacar que no período que concerne ao início do século 20 muitas eram as mudanças sociais e políticas no Brasil, onde questões econômicas e culturais se demandam

¹ Pós-doutora em Direito pela URI *Campus* Santo Ângelo. Doutora e Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui graduação em Administração- Projetos e Empreendimentos Turísticos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2009) onde também cursou especialização em História, Cultura, Memória e Patrimônio (2012). É Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Graduada em História-Licenciatura pelo Centro Universitário Internacional (2018). Integrante do Grupo de Pesquisa "Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai" (UNIPAMPA). E-mail: julianiborchardt@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/5035668977350965>

² Possui graduação em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2002) e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Atualmente, coordenadora pedagógica na Prefeitura Municipal Santo Ângelo/RS. Tem experiência na área da docência. Metodologia Baseada em projetos; história da educação; filosofia da educação; sociologia da educação. Email: schmidt.patricia05@gmail.com . CV: <http://lattes.cnpq.br/5233811763566242>

latentes, o que potencializa certa ebulição de ideias e reivindicações em diferentes grupos e áreas sociais. Assim, pode-se fortalecer a compreensão de que os anos 20 significaram uma etapa decisiva na iniciativa de definição de um novo padrão cultural. Um novo imaginário social se instala pela presença de novas tecnologias que irá resultar em novas práticas culturais, em novas identidades, em novos questionamentos (Schmidt, 2008).

Hahner (1975, p. 33) destaca neste contexto que as questões militares representavam também um conjunto de desentendimentos entre o exército, o governo e deputados demonstrando que os primeiros estavam dispostos a reivindicar uma maior representatividade nas questões políticas do país. Ressalta-se que as condições dos quartéis bem como do trabalho dos militares neste período eram precárias, fazendo deste tema um dos mais relevantes para a categoria neste período. Assim sendo, os jovens oficiais, a maioria de baixa patente, lideraram movimentos de oposição, intervindo diretamente na política do país, os quais passaram a ser diretamente reprimidos pelo Estado.

Deste modo, muitas das motivações das insurreições tenentistas estavam ligadas a uma oposição entre militares e civis que se havia construído desde o início da Proclamação da República, mas que, a partir de 1910, tomou contornos mais incisivos (Guidolim Vitor, 2021, p. 48). Ainda para o autor:

Os militares não aceitaram passivamente tudo o que lhes era imposto pelos governos civis, o que provocou, na década de 1920, não apenas uma divisão entre militares e civis, mas entre os próprios militares e as divergências quanto ao que seria o papel deles mesmos, se garantidores da ordem social e constitucional ou se protagonistas das mudanças estruturais que eles próprios entendiam se fazer necessárias na República. (Guidolim Vitor, 2021, p. 50)

Tais características demonstram um período atravessado por tensões os quais pode-se dizer que determinaram de maneira muito intensa os encaminhamentos políticos e de Estado naquele momento. Assim, aspectos de legislação, formação e atuação dos militares foram pautas e ações importantes neste contexto. O Exército passou a exercer assim um protagonismo institucional que seria determinante em diferentes períodos no decorrer do século XX, especialmente a partir da década de 1920, que resultaria no colapso de 1930, levando Getúlio Vargas ao poder e promovendo consequentemente inúmeras mudanças políticas e sociais no país.

O movimento Tenentista é fruto deste ambiente e abrirá caminho para inúmeros desdobramentos políticos do país. Luis Carlos Prestes, um dos integrantes deste movimento, após a “Batalha dos 18 do Forte”, é designado como engenheiro responsável pelo primeiro batalhão especializado em construção de ferrovias em Santo Ângelo/RS³, na região das Missões cujo objetivo fora de dinamizar a estruturar as vias na região as quais eram consideradas essenciais ao desenvolvimento local, isso porque questões de locomoção, escoamento de produção e comunicação passaram a ser fundamentais, visto o interesse de industrialização e modernização do país. Prestes então passa, a partir de 1922, a supervisionar a construção destas obras.

Dentre um dos trabalhos realizados, está a estação ferroviária da cidade, a qual data de 1921, conforme pode ser visualizada na imagem a seguir.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos (AHMACPS), Santo Ângelo/RS

É importante destacar que o envio de Prestes para Santo Ângelo, nada mais era do que uma retaliação e perseguição política, pois acreditavam que ele, em uma região remota e distante dos grandes centros urbanos e políticos nacionais, não iria causar possíveis “transtornos” ao governo.

³ Segundo Machado (1981, p. 20), na década de 20 Santo Ângelo contava com uma população de quase 42.000 habitantes, dos quais 2.000 na zona urbana.

Em sua atuação na região, o então Capitão Prestes buscou desenvolver um trabalho de qualificação e formação dos militares, visto que a maioria era analfabeta e sem nenhuma qualificação profissional. Também almejou melhores condições de trabalho, o que resultou numa relação de confiança junto aos seus comandados, os quais, na percepção de Prestes, deveriam, em primeiro lugar, serem preparados como cidadãos, ou seja, conscientes de seu papel na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

Em 1923 se iniciam as articulações para um levante, o qual eclode em 28 de outubro de 1924 quando levantam o batalhão - o qual tiveram adesão em sua totalidade - , prendem o seu comandante e solicitam ao intendente e à população em geral, que disponibilizassem todo armamento disponível para que assim pudessem seguir com a revolta. Prestes permanece em Santo Ângelo apenas por três dias, levando seus homens para a cidade de São Luiz Gonzaga/RS, local este que não possuía ramal férreo, o que proporcionaria certa segurança ao grupo.

Na cidade de São Luiz Gonzaga, Prestes e os homens que ali se reuniram, permaneceram por dois meses, até que em 27 de dezembro de 1924 começaram a se deslocar pelo interior do Brasil, percorrendo aproximadamente 25 mil quilômetros ao longo de 11 Estados Brasileiros. Reunindo militares e civis, ao longo da marcha, em torno de 1500 homens e mulheres atuam com o objetivo inicial de depor o então presidente da república, Artur Bernardes.



Mapa do percurso da Marcha. Fonte: Acervo MCP-Santo Ângelo/RS

Para Anita Leocádia Prestes (1997, p. 137), houve, por parte da imprensa da época, de forma generalizada, uma tentativa de desqualificar o movimento, o qual era apresentado à população como baderneiros e malfeitores. Esta atitude, promovida pelo governo, visava inculcar na população do interior, o medo, efetivando assim uma imagem a qual é, ainda, reproduzida até os dias atuais em inúmeras memórias e narrativas acerca deste contexto. Em contraponto a isso, o historiador do tema, Amilcar Guidolim, afirma que:

Havia uma preocupação no comando revolucionário com o tratamento dispensado à população, por isso, ocorreu a elaboração dos comunicados e das requisições de alimentos, veículos, armas e cavalos, uma forma de, ao menos, tentar evitar excessos. (2021, p. 128)

Os manifestos publicados em Santo Ângelo e Uruguaiana tinham como objetivo fazer a mensagem do movimento chegar até a população, visto que o Governo possuía poder e influência através dos principais jornais do período. Apesar da maioria da população ser analfabeta, as informações eram compartilhadas, basicamente, por meio da mídia impressa. Apesar de, no movimento, não ser permitido saques e demais violações, a imagem que se produziu de Prestes e de seus homens foi a de bandoleiros e saqueadores. Tal ideia também se justifica pelo fato de, em um universo de 1.500 homens, onde muitos sem treinamento, passando dificuldade e necessidade, casos específicos, quando ocorriam, eram prontamente resolvidos e seus responsáveis severamente punidos (Guidolim Vitor, 2021, p. 140).

No decorrer do trajeto, cerca de cinquenta mulheres acompanharam e participaram diretamente do movimento (Prestes, 1991). Esta participação foi, durante muito tempo, renegada e desconsiderada pela historiografia, fazendo com que pouco desta participação permanecesse nos registros históricos e na memória social. Tal característica se reflete nos aspectos memoriais e patrimoniais hoje existentes sobre a Coluna, os quais pouco ou nada destacam da participação destas mulheres no decorrer da marcha. Pode-se então aludir que há, ainda na atualidade, um enorme silenciamento sobre este tema, o que certamente deixa uma grande lacuna histórica acerca da participação de mulheres no movimento.

A estratégia de Prestes se baseava em evitar o confronto armado direto. Para isso, o movimento do grupo, de maneira constante, era fundamental neste propósito. Em muitos lugares por onde a marcha passou, se efetivou espaços que na atualidade representam lugares de memória para este período histórico. Seja através de pequenos monumentos, museus, capelas e demais

representações, almejam, das formas mais diferentes, marcar episódios, personalidades e significados para a Marcha da Coluna Prestes.



Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS.
Fonte: As autoras, 2024.

As representações produzidas sobre a Coluna Prestes são, de maneira paradoxal, fruto de diferentes elementos produzidos, os quais vão, desde o momento em que o movimento se realiza, quando os meios de imprensa e de governo atuaram em direção à sua desqualificação, seja nos períodos subsequentes, nos quais distintas narrativas e lugares passam a reproduzir aspectos representativos e positivos do levante. Talvez uma das mais conhecidas seja a do “cavaleiro da esperança”, expressão que foi popularizada na obra literária de Jorge Amado nos anos 1942.

Assim, pode-se apontar que as representações, contrárias ou positivas ao movimento, foram praticamente silenciadas e portanto, não foram devidamente ativadas memorialmente em termos de políticas de memória e do patrimônio cultural dele resultante. Isso fez com que inúmeras lacunas históricas e patrimoniais fossem produzidas na região Missões do Rio Grande do Sul, o que diretamente impactou e determinou a identidade local, a qual buscou, mais recentemente, evocações ligadas ao período jesuítico-guarani, mesmo tendo sido palco, também, de uma das maiores marchas revolucionárias da humanidade.

Luis Carlos Prestes busca, no decorrer e após a marcha, respostas frente aos desafios políticos, sociais e econômicos dos quais o Brasil enfrentava. Aspectos da educação, reforma

agrária e industrialização do país permeavam também a construção de todo o imaginário produzido acerca da figura de Prestes e do movimento revolucionário. A construção intencional e política deste imaginário foi consequência direta da própria dificuldade do governo em combater e enfrentar o movimento. Com exceção dos Estados do Piauí e do Maranhão, que viram a marcha com entusiasmo, os demais, em sua maioria reproduziram as notícias negativas sobre o grupo (Lima, 1979, p. 205)

Hoje, passados 100 anos do início do movimento, cabe, mais do que nunca, através da história, representarmos e entendermos a maneira como este episódio e seus desdobramentos ao longo do tempo, produziram narrativas e marcos patrimoniais que, muitas vezes de maneira controversa, reverberam de forma material e imaterial, nas relações sociais e políticas das regiões nas quais esses marcos se fazem presente. Isso porque, diferentes usos deste passado determinam e atendem a diferentes necessidades no tempo presente, que conforme preluz Paul Ricoeur (1990, p. 351) é resultado sempre de uma dialética da presença e da ausência daquilo que se organiza e se quer também esquecer.

Assim, este ensaio busca apresentar uma discussão acerca da constituição do memorial Coluna Prestes, localizado na cidade de Santo Ângelo-RS, seu processo de patrimonialização bem como os silenciamentos que o envolvem na atualidade. Para isso, utilizar-se-á de estudos já realizados sobre o tema. Com isso, espera-se aprofundar o debate acerca de como a constituição e representação patrimonial do Memorial da Coluna Prestes é, no presente, silenciado diante de outras referências culturais e memoriais existentes na cidade, a qual possui em sua gênese constitutiva o contexto e a influência indígena e jesuíta.

Importante ressaltar que, os grupos que conseguem definir suas representações também detém o poder de impor e determinar a visão e a divisão do mundo social que melhor desejarem (Pommer, 2009, p. 46). Para Chartier (2002, p. 66), representar significa fazer conhecer as coisas imediatamente pela ‘pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e pelos gestos’, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias”. Isso significa que, em sua concepção, as representações são respostas que o coletivo dá para seus conflitos, seus cotidianos, realidades, de modo a regular a vida cotidiana e as relações sociais, o que implica igualmente em um processo de escolha, de potencialização e de esquecimento de referências materiais e imateriais produzidas e compartilhadas socialmente.

Segundo Prats (1997), o patrimônio não é algo natural, mas sim resultado de um fenômeno social que, em determinado tempo e espaço, é produzido a fim de atender certa necessidade. Assim

sendo, o seu uso, no presente, reflete as intencionalidades e os conflitos daqueles que na atualidade buscam ou ocupam certos espaços institucionais ou de poder. Além disso, a própria sociedade, organizada ou articulada, pode reivindicar e evocar certos elementos de maneira a divergir ou corroborar com tais intencionalidades, o que para Hartog (2006, p. 6) representaria o patrimônio como um convite à *anamnese* coletiva.

Tal processo, chamado de patrimonialização, é, em sua, a maneira como determinado elemento é considerado patrimônio. No caso do Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS, os meios pelos quais o mesmo se torna um bem reconhecido remontam bem antes a sua própria fundação como tal. Isso porque, em outros momentos já haviam ocorrido no âmbito político e acadêmico debates sobre o tema, inclusive com a presença do próprio Prestes na cidade, o que causava, de certa maneira, temerosidades e reações muitas vezes contrárias ao movimento e ao legado histórico da Coluna. Isso porque, reconhecer tal legado seria legitimar o percurso desenvolvido pelo movimento, acarretando assim contrapor justamente as posições conservadoras de que a Marcha foi nociva ao país.

Os monumentos tornam-se locais de representações imprevisíveis e para a análise histórica o passado torna-se um campo de múltiplas possibilidades, aberto ao estudo de histórias que foram interrompidas, evitadas, destruídas e esquecidas pelas narrativas modernas (Hartog, 2013; Ricoeur, 2018). Emerge então a necessidade de políticas de reconhecimento e de afirmação dos diferentes momentos e representações de episódios históricos importantes ao país. A criação do Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS parte, em suma, da articulação da então gestão municipal do Prefeito Adroaldo Loureiro (PDT) que juntamente e em colaboração à própria família de Luís Carlos Prestes dedica um espaço importante da cidade para demarcar o movimento criado em 1924.

O memorial foi instalado no prédio da antiga Estação Férrea, a qual foi inaugurada no ano de 1921, sendo este espaço já tombado como patrimônio do município desde o ano de 1984. Ainda, se construiu, na entrada da cidade, um monumento em referência à marcha. Cabe apontar aqui que, no momento da criação do memorial e da escolha de que o mesmo seria instalado na antiga estação férrea, este estava completamente abandonado.



Monumento à Coluna Prestes. Fonte: redes sociais. 2025.

Com projeto de Oscar Niemeyer, a obra simboliza o trajeto da marcha em um local estratégico da cidade, ou seja, a sua entrada principal, onde o fluxo de pessoas é considerável. Para Tavares:

O Monumento projetado na entrada da cidade, para quem ainda não sabe foi uma doação do arquiteto Oscar Niemeyer, única obra no Sul do país, deste que é considerado por quem entende, um gênio da arquitetura no século XX, motivo que por si só, sem contar o fato histórico que motivou a sua realização, já é um marco arquitetônico para o Rio Grande do Sul, e que com certeza multiplicará a médio e longo prazo o fluxo turístico (engana-se quem pensar que o nosso turismo sobreviverá apenas das referências do período Jesuítico) [...] (Tavares, 1997, p. 8).

Denota-se, na narrativa de Tavares, alguns pontos interessantes, tais como: 1) a doação do projeto por Oscar Niemeyer, o que por si só instala um marco material e simbólico na cidade,

justamente pela representatividade do arquiteto no âmbito mundial. Deste modo, pode-se aludir que, se não fosse projeto do mesmo, o monumento provavelmente não teria sido produzido. 2) o segmento turístico, com a necessidade de produção contínua de atrativos e produtos, é determinante na constituição do monumento, e também do memorial, que independente de aspectos políticos e ideológicos, seria importante para a cidade. Isso porque, em sua percepção, o turismo na região não sobreviveria apenas com as referências do período histórico jesuítico-guarani, demandando assim novidades e novos elementos distintos daqueles ligados às Missões.

Apesar da constituição do memorial e do monumento à Coluna Prestes, identifica-se que a promoção cultural e turística destes fica aquém se comparada, por exemplo, aos demais museus⁴ da cidade e do Centro Histórico de Santo Ângelo, os quais são, visivelmente, potencializados em suas promoções e gestões, tanto humana quanto financeira, o que resulta em um maior interesse do público em geral por estes espaços, fazendo com que a temática e os locais com referência ao movimento liderado por Prestes fiquem em um plano secundário, acarretando, indiretamente, em seu esquecimento coletivo. Isso é identificado pelo fato de que nestes locais, pouco ou nenhum evento público ou de iniciativa particular é realizado.

Para Paul Ricoeur (2007), há sempre uma tensão entre o que é lembrado e esquecido, onde o individual e o coletivo conseguem derivar posições onde a coesão dos estados de consciência do “eu individual” e da capacidade das entidades coletivas em manterem e recordarem lembranças comuns, se embatem e produzem efeitos que são marcados, materialmente e simbolicamente, no espaço.

Nesta seara, as memórias não são somente recebidas e transmitidas, mas são, em suma, buscadas e selecionadas, de maneira criativa, subjetiva e imaginativa dos grupos sociais, sendo então construídas e desconstruídas conforme as mobilizações e necessidades no presente, o que pode, segundo Ricoeur (2007), produzir ainda os “usos e abusos da memória” diante de intervenções e manipulações que também reivindicam certas identidades e expressões públicas para certas memórias.

Legitimam-se assim ideologias, narrativas e poderes que são justamente constituídos, redirecionados, picotados e selecionados de acordo aos interesses dos que narram e produzem as referências patrimoniais. Assim sendo, da mesma forma com que se criam muitas memórias, tantas outras são esquecidas, inclusive intencionalmente. Carlo Ginzburg (2001, p. 216) acrescenta a esta

⁴ Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e Museu Histórico das Missões, ambos públicos.

ideia que as ações humanas influenciam poderosamente sobre a memória do passado, podendo distorcer seus vestígios, degradando-as ao esquecimento e condenando-as à destruição. Há de se considerar, portanto, que as sociedades, em diferentes tempos, reivindicam o seu direito à memória e à verdade daqueles acontecimentos que são postos como balizadores da identidade coletiva e, apesar da complexidade de sua compreensão, são considerados necessários para que os sujeitos se vejam e se compreendam como tais no tempo presente.

O Memorial Coluna Prestes foi efetivado, após muita resistência, em um contexto e por vontade exclusiva de um restrito campo político que gestava o município e que também detinha certo poder midiático nos meios de comunicação locais. Após isso, sua existência pode ser considerada como um patrimônio renegado política e socialmente. Isso porque, em grande parte, sofreu com a falta de políticas públicas e de investimentos, pelo abandono e pela falta de preservação que em grande monta representa seu esquecimento, intencional da esfera cultural e identitária da localidade.

As únicas ações produzidas em prol da manutenção do prédio que abriga o Memorial e dos vagões de trem que ali existem, foram, por exemplo, no ano de 2019⁵ quando os dois vagões passaram por uma restauração e em 2024⁶ quando se deu início a reforma do prédio. Ambas iniciativas partiram do Ministério Público Federal, o qual destinou recursos para que o município efetivasse as obras.

⁵ Com investimento de R\$ 212.474,88. Ver em <https://portaldasmissoes.com.br/municipios/santo-angelo/noticias/view/id/2702/vagoes-de-trem-terao-obras-concluidas-ainda-este-a.html>.

⁶ Com investimento de R\$ 622 mil. Ver em <https://www.camarasa.rs.gov.br/memorial-coluna-prestes-sera-submetido-a-um-processo-de-renovacao-e-restauracao>



Obras de restauro no Memorial Coluna Prestes. Fonte: Valter Portalete, 2025.

A recuperação do local, advindo de projetos e recursos do MPF, denota uma intencionalidade isolada de proteção deste patrimônio, o que não é vislumbrado por outros setores ou instituições. O próprio governo Estadual, que no ano de 2013 tombou⁷ o local como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, pouco ou quase nada investiu em sua manutenção ou em projetos de pesquisa e visibilidade sobre o tema que cerca tal bem. Embora esta seja uma realidade controversa, as poucas ações de valorização do local representam, mesmo que indiretamente, os conflitos que este possui para continuar representando um dos episódios mais emblemáticos da história política brasileira.

No tecido social local, a intencionalidade das referências da Coluna Prestes apontam para o silenciamento daquilo que ela representa através dos bens materiais colocados no espaço urbano. Isso aponta para os diferentes ângulos possíveis, bem como as abordagens e atenção dadas àquilo que se coloca como pontos cruciais da cultura e da identidade do grupo detentor deste patrimônio. Esta perspectiva corrobora a ideia de que, mesmo existindo enquanto bem patrimonial, sua presença não basta para inserir nos sujeitos uma memória representativa de seus significados. Torna-se necessário, portanto, a implementação de estratégias, ações e políticas culturais que façam com que as possíveis narrativas que envolvem as representações do lugar sejam efetivamente aderidas e significadas pela população.

⁷ Através da Portaria N° 046/2013. Ver dados em <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=50500>

As memórias intencionalmente silenciadas no que tange às referências da Coluna Prestes em Santo Ângelo/RS necessitam ainda de um processo de reivindicação que coloquem-nas em visibilidade a ponto de serem tratadas e significadas, em seu conjunto, como capazes de auxiliarem na compreensão, na atualidade, de como a região se constituiu cultural e politicamente. É o que o antropólogo Clifford James Geertz (1989, p. 13) aponta como sendo a necessidade humana e latente de poder interpretar qualquer coisa, seja “um poema, uma pessoa, uma história, um ritual, uma instituição, uma sociedade” e, que para desenvolver esta tarefa reflexiva e inteligente, a existência e o acesso destes a estes elementos precisam existir aos que deles necessitam.

Neste espectro, mais do que guardar e mostrar objetos, torna-se necessário estimular e despertar curiosidades e interesses sobre o que estes representam para os indivíduos e a sociedade a qual pertencem. Esta perspectiva resulta em uma diminuição do silenciamento recaído, intencionalmente, sobre o local. É na intencionalidade direcionada ao uso e à sua compreensão, que devem ser estruturadas estratégias para que tais referências sejam compreendidas e vivenciadas. É preciso, portanto, repensar os próprios processos constitutivos e de finalidade do espaço patrimonializado, de maneira a descolonizar as narrativas produzidas pelas elites acerca da cidade, as quais na maioria das vezes estratificam certos conceitos e compreensões.

Tal perspectiva traz o protagonismo que revela, como consequência, as próprias manipulações e enquadramentos (Pollak, 1989) das memórias que ideologicamente são postas como referência sacralizada da identidade local. O que se desenha, portanto, na constituição museal e narrativa da história regional missioneira é aquela utópica, simbólica e ideológica que destaca basicamente um contexto específico, qual seja, o jesuítico-guarani, que pouco ou quase nada deixa de possibilidades para que outros momentos históricos e políticos sejam colocados como fundamentais na formação social e cultural de Santo Ângelo.

O papel social e histórico do patrimônio é justamente o de discutir a memória da cidade, cumprindo o propósito de fazer com que os habitantes se sintam pertencentes ao espaço, possibilitando, ainda, uma visão crítica do lugar, incentivando questionamentos tanto do passado quanto do presente. Evidenciar e recolocar os lugares de poder é oportunizar que se valorize outras perspectivas e contextos históricos.

Pode-se concluir, portanto, que o Memorial Coluna Prestes, localizado na cidade de Santo Ângelo/RS, é, em suma, resultado de disputas políticas e ideológicas de um contexto em que, ao mesmo tempo que se demanda novas abordagens e possibilidades ao turismo local, é narrativa indesejada por representar fatos e episódios históricos dos quais se buscou, desde sua origem,

desqualificar e anular das memórias e do cotidiano social. Tal perspectiva, como corrobora Pollak (1992, p. 2), diz respeito àquelas memórias que são vividas por tabela, ou seja, vividas por um grupo e que no tempo e espaço são socializados e reproduzidos como verdadeiros, criando assim uma identificação ou trauma no coletivo.

Em suma, os fatos sociais que originam e que depois representaram a coluna, são distintos, e as representações materiais e patrimoniais hoje existentes não efetivam na memória social uma consciência positiva e de apropriação daquilo que poderia representar na sociedade atual, ou seja, uma reflexão profunda sobre as desigualdades sociais, políticas e econômicas ainda existentes no país. Assim, os quadros de acontecimentos produzidos podem ser considerados rasos no campo memorial, isso pela falta de difusão e de outras políticas que fomentem o uso e a apropriação deste espaço, principalmente pela população local.

Referências Bibliográficas

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: Nove reflexões sobre a distancia. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUIDOLIM VITOR, Amilcar. A Coluna Prestes: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural sul-rio-grandense (tese de doutorado. UFSM, 2021. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23279/TES_PPGHISTORIA_2021_VITOR_AMI_LCAR.pdf?sequence=1&isAllowed=y (acessado em 15/01/2025)

HAHNER, J. E. Relações entre civis e militares no Brasil 1889-1898. Tradução de J. S. Witter. São Paulo: Pioneira, 1975.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LIMA, L. M. A Coluna Prestes: marchas e combates. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979

MACHADO, J. O. História de Santo Ângelo: das missões aos nossos dias. Santo Ângelo: A Tribuna, 1981.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: UNICAMP, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2(3):3-15. 1989.

_____. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, 5 (10).

Rio de Janeiro, 1992

POMMER, R. M. G. Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PRATS, Llorenç. 1997. Antropologia y Patrimonio. Barcelona: Editorial Ariel S.A. 171p. ISBN 8434422115.

PRESTES, A. L. A. A Coluna Prestes. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. A Coluna Prestes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SCHMIDT, Patrícia. Plínio Salgado: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. UFSC, Dissertação de Mestrado, 2008.

TAVARES, G. P. Memorial Coluna Prestes: a realidade. Santo Ângelo: In Jornal das Missões. p. 8, 1997.